

Folha Informativa SRADR

2023-07-03

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Portaria n.º 57/2023</u>	2023.07.03	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Terceira alteração à Portaria n.º 29/2017 de 13 de março. (Estabelece a título especial e transitório o regime relativo à formação dos aplicadores de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional na Região Autónoma dos Açores.).



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/1341</u>	2023.07.03	Comissão Europeia	Relativo à renovação da autorização das preparações de <i>Lactiplantibacillus plantarum</i> DSM 12836, <i>Lactiplantibacillus plantarum</i> DSM 12837, <i>Lentilactobacillus buchneri</i> DSM 16774, <i>Pediococcus acidilactici</i> DSM 16243, <i>Pediococcus pentosaceus</i> DSM 12834, <i>Lacticaseibacillus paracasei</i> DSM 16245, <i>Levilactobacillus brevis</i> DSM 12835, <i>Lacticaseibacillus rhamnosus</i> NCIMB 30121, <i>Lactococcus lactis</i> NCIMB 30160, <i>Lentilactobacillus buchneri</i> DSM 12856 e <i>Lactococcus lactis</i> DSM 11037 como aditivos em alimentos para todas as espécies animais, e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 1263/2011.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/1342</u>	2023.07.03	Comissão Europeia	Relativo à renovação da autorização de uma preparação de 6-fitase produzida por <i>Aspergillus oryzae</i> DSM 33699 como aditivo em alimentos para aves de capoeira, suínos de engorda, leitões desmamados e marrãs (detentor da autorização: DSM Nutritional Products Ltd, representada por DSM Nutritional Products Sp. z o.o.) e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 837/2012.

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

❖ Regularização de terrenos agrícolas garante apoio comunitário aos agricultores, sublinha Presidente do Governo

O Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, definiu a decisão de criar uma “regularização dos terrenos agrícolas no Parcelário”, o Sistema de Identificação de Parcelas (SIP), como determinante para garantir apoios comunitários para os agricultores.

Depois de uma audiência com o presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, o chefe do Executivo açoriano afirmou que “um bom diagnóstico é decisivo para a terapêutica, e é neste sentido que a Federação Agrícola tem sido um bom parceiro para um bom diagnóstico da situação da economia produtiva e da agricultura” regional.

À data de hoje, indicou o Presidente do Governo, a Região tem “cerca de 1.263 agricultores abrangidos por esta resolução de regularização dos terrenos agrícolas”.

“Existem também 10.889 parcelas que foram corrigidas no quadro desta regularização de terrenos agrícolas do Parcelário, correspondentes a 8.693 hectares de área abrangida”, avançou José Manuel Bolieiro.

Com esta medida, a Região “evitou a perda de cerca de cinco milhões de euros de cofinanciamento para estes agricultores que, agora com esta regularização, tiveram acesso aos fundos comunitários”, garantiu José Manuel Bolieiro, confirmando ser um “sucesso para a economia produtiva e para os agricultores”.

Sobre o apoio concedido à redução da produção de leite, o Governo fez um “enorme esforço, em conjunto com a Federação Agrícola, para valorizar o rendimento disponível dos produtores deste setor”, salientou.

Segundo José Manuel Bolieiro, o Executivo assumiu também, neste âmbito, o “compromisso de apoiar na redução da produção de leite, com pagamentos feitos no dia 23 de junho”.

Houve uma redução de cerca de 40 milhões de litros de leite, sendo que para as ilhas de São Miguel, Terceira e Graciosa existiu um apoio pago na ordem dos 3,4 milhões de euros, abrangendo 525 produtores.

Este é, portanto, frisou o Presidente do Governo, “mais um caso de sucesso, de justiça e de valorização estratégica da economia produtiva”.

O Governo dos Açores apoiou “todos os agricultores de todas as fileiras produtivas de ordem agrícola, com um compromisso firmado para efetuar o pagamento destes apoios até à última semana de julho”, garantiu também.

No quadro do POSEI, referiu ainda José Manuel Bolieiro, o Executivo continua a “cumprir o pagamento sem qualquer rateio, facto que é reconhecido pelos agricultores, e que é um exercício corretivo de políticas públicas que estão ao serviço da nossa economia e dos nossos agricultores”.

Fonte - Regularização de terrenos agrícolas garante apoio comunitário aos agricultores, sublinha Presidente do Governo - Comunicação - Portal (azores.gov.pt)

Folha Informativa SRADR

2023-07-03



República Portuguesa

Eventos

- ❖ **Sem solo, não há vida: Uma Lei de Saúde do Solo para o nosso futuro - 5 de julho**
Iniciativa promovido no Parlamento Europeu, coorganizado por Ljudmila Novak (PPE), Maria Arena (S&D), Martin Hojsik (Renew) e apoiado pelo EEB.
Este evento reunirá diferentes partes interessadas para partilhar e discutir as primeiras e novas impressões sobre a proposta legislativa da Lei de Saúde do Solo.

[Inscrição](#)

Fonte - [Sem solo, não há vida: Uma Lei de Saúde do Solo para o nosso futuro \(gpp.pt\)](#)

- ❖ **Workshop: Design thinking aplicado aos desafios do Pacto Ecológico Europeu e da Nova PAC – 7 de julho**
És um apaixonado por metodologias capazes de gerar novas ideias e soluções?
 - Gostavas de saber mais sobre os desafios do pacto Ecológico Europeu e pela Nova PAC?
 - Serias capaz de implementar uma metodologia para a resolução de desafios ecológicos?
 - Então temos o desafio ideal para ti!No próximo dia 07 de julho, o projeto GreenlightPlus vai organizar um Workshop Online no formato assíncrono, onde vais poder entender melhor sobre estes desafios e como aplicar a metodologia de Design Thinking com a orientação da especialista Dina Oliveira.

[→ Inscrições ←](#)

Fonte - [Workshop: Design thinking aplicado aos desafios do Pacto Ecológico Europeu e da Nova PAC - 7 de julho - Agroportal](#)

- ❖ **Solos Saudáveis para uma Agricultura Resiliente – 14 de julho**
Workshop promovido pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, no âmbito do projeto [BENCHMARKS](#).
A iniciativa tem como objetivo ajudar agricultores, gestores do território, empresas e decisores políticos a adotar uma gestão resiliente do uso do solo no espaço europeu.

[Programa](#) | [Inscrição](#)

Fonte - [Solos Saudáveis para uma Agricultura Resiliente \(gpp.pt\)](#)

Folha Informativa SRADR

2023-07-03



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

- Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente ao seguinte **PROJETO DE ATO**:

ATENÇÃO: O PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE COMENTÁRIOS TERMINA NO PRÓXIMO DIA 4 DE JULHO

- ✓ **Título: Rede de informação contabilística agrícola (RICA): registo de dados sobre a produção agrícola**
Sumário: A rede de informação contabilística agrícola recolhe dados sobre as explorações agrícolas de toda a UE, a fim de avaliar as suas receitas e atividades, bem como a forma como são afetadas pela política agrícola da UE (política agrícola comum).
Esta iniciativa visa adaptar a lista de regiões para efeitos do registo de dados sobre a produção agrícola.
Período para comentários: 6 de junho de 2023 a 4 de julho de 2023
Link: Rede de informação contabilística agrícola (RICA): registo de dados sobre a produção agrícola (europa.eu)



Notícias da Comissão Europeia

- Os auditores avaliam o apoio da UE à agricultura biológica

A agricultura biológica é um setor em rápido crescimento na UE: a superfície em que é aplicada quase duplicou na última década e a procura de produtos biológicos mais do que triplicou. Em 2020, o mercado das bebidas e dos alimentos biológicos da UE representava 45 mil milhões de euros em vendas e ocupava o segundo lugar no mundo em termos de consumo de alimentos biológicos. O Tribunal começou a trabalhar numa auditoria para determinar se o apoio da UE à agricultura biológica foi bem concebido e aplicado.

A agricultura biológica é a utilização de práticas agrícolas sustentáveis nas culturas e na criação de animais, sendo, portanto, considerada um aspeto essencial para concretizar os objetivos climáticos e ambientais da UE. Os agricultores que a praticam dependem de processos e substâncias naturais para manterem a fertilidade dos solos, controlarem pragas e doenças e promoverem a saúde e o bem-estar dos animais.

"A União Europeia enfrenta o desafio de garantir a nossa segurança alimentar ao mesmo tempo que torna o setor agrícola mais ecológico e reduz a poluição e o peso para o ambiente. A agricultura biológica é uma forma de tornar a agricultura mais sustentável, um domínio em que a UE tem objetivos ambiciosos e, para colher os benefícios das práticas biológicas, tem de as apoiar devidamente, tanto em termos de financiamento como do quadro político global. A auditoria do Tribunal examinará se assim é e o que pode ser melhorado para garantir que o dinheiro dos contribuintes é bem gasto", afirmou Keit Pentus-Rosimannus, o Membro do TCE responsável pela auditoria.

De acordo com o Eurostat, a percentagem de terras agrícolas da UE em que se pratica a agricultura biológica aumentou de 5,9% em 2012 para 9,1% em 2020. Desde então, com a Estratégia do Prado ao Prato e a Estratégia de Biodiversidade para 2030, a Comissão Europeia definiu uma meta de 25% de terras agrícolas da UE com agricultura biológica até 2030.

A agricultura biológica é regulamentada e certificada ao nível da UE. A Comissão apoia o desenvolvimento da agricultura biológica sobretudo através da Política Agrícola Comum (PAC), que também abrange outras práticas agrícolas com impacto neutro no ambiente e no clima (ver igualmente o [Relatório 16/2021](#) do Tribunal sobre o clima e a PAC). No período de 2014-2022, a UE gastou 9,1 mil milhões de euros ao abrigo da PAC para ajudar os agricultores a adotarem ou a manterem práticas de agricultura biológica.

Nesta auditoria, o Tribunal examinará se o quadro de medidas criado e aplicado pela Comissão e pelos Estados-Membros é eficaz e adequado: se contribuiu para o desenvolvimento sustentável da agricultura biológica e se assegurou o cumprimento dos objetivos associados. Juntamente com o seu trabalho de auditoria na Comissão, o Tribunal selecionou quatro Estados-



Folha Informativa SRADR

2023-07-03



Notícias da Comissão Europeia

Membros (Itália, Áustria, Polónia e Roménia) para uma análise mais aprofundada. O Tribunal espera publicar o seu relatório de auditoria dentro de cerca de um ano.

Fonte - [NEWS2023_07_NEWSLETTER_01](#) | [European Court of Auditors \(europa.eu\)](#)